

ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Nahiara Elaine Antunes Ramos¹

Michele Catheïn Arend²

RESUMO

Compreender a relação entre a tríade escola, professor e aluno sempre foi algo que interessou estudiosos, filósofos e o campo da política educacional pública. Entretanto, para que haja eficiência dos estudos e ações é necessário entender a rotina escolar e as principais dificuldades encontradas pelos professores. Nesse sentido, esse estudo tem como objetivo promover uma análise documental como forma de estudar e compreender assuntos relacionados a educação inclusiva. Os dados são provenientes de questionários distribuídos pelo Ministério Público aos professores da rede municipal de ensino de Balneário Camboriú. Os resultados obtidos estão associados a formação do professor, capacidade de adaptação dos conteúdos, planejamento de aulas e avaliações, conhecimento dos aspectos legais sobre a educação inclusiva, capacidade do professor e da escola de promover um ambiente acolhedor.

PALAVRA-CHAVE: Educação inclusiva. Preparação do professor. Acolhimento da escola.

INTRODUÇÃO

Em diversos textos, Arroyo (2010) afirma que a relação entre formulação e gestão, análise e avaliação de políticas educacionais e a correção das desigualdades tem instigado pesquisas e produção teórica no campo da política e gestão da educação. Dito isso, cita-se que Ministério Público, em 2016, instaurou um processo administrativo para fiscalizar o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência ou Mobilidade na promotoria da Justiça de Balneário Camboriú, porque havia dúvidas sobre a efetividade dos processos e das técnicas aplicadas nas escolas municipais. Como parte do processo administrativo, um questionário foi distribuído a todos os professores das escolas da rede regular até o 9º ano do Ensino Fundamental da cidade Balneário Camboriú. No total 2000 questionários

¹ Nahiara E. A. Ramo, licenciada em Pedagogia e estudante do PPGE/IFC – Camboriú da linha Educação da Pequena Infância.. nahiara.prof@gmail.com

² Michele Catherin Arend, Professora Dra, Instituto Federal Campus Camboriú, michele.arend@ifc.edu.br

foram enviados, servindo de aporte para a base de dados da análise documental.

A proposta deste estudo trata de uma análise documental resultante dessa requisição de informação solicitada pelo Ministério Público. Os pontos observados foram relativos ao entendimento, qualificação, desenvoltura e observância da adaptação da escola e das técnicas aplicadas para com os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

METODOLOGIA

Para desenvolver integralmente os objetivos propostos, a metodologia de desenvolvimento foi baseada em duas etapas. A primeira delas consistiu na análise bibliográfica e de dados documentais provenientes do questionário. Das perguntas que foram respondidas se elencam:

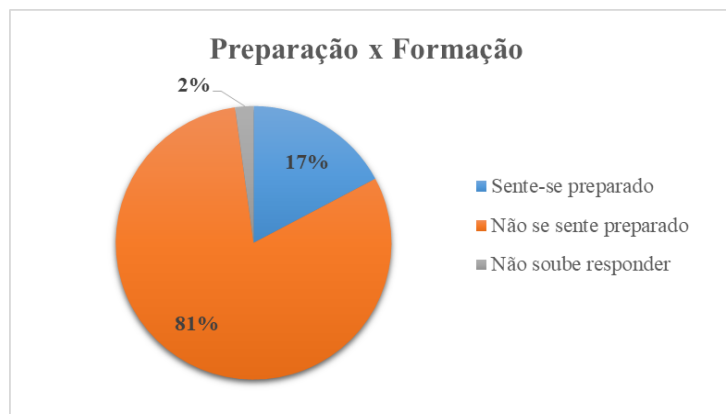
- i. Como você se sente em relação a sua formação (graduação, especialização, cursos e formações) para atuar na perspectiva da educação inclusiva?
- ii. Como você organiza seu planejamento de aula?
- iii. Como acontecem as avaliações de seus alunos com deficiência?
- iv. Na rotina diária de sua sala de aula, quais dificuldades você identifica?
- v. Você conhece os aspectos legais da inclusão?
- vi. Você proporciona um ambiente acolhedor para seus alunos?
- vii. Sua escola proporciona?
- viii. Você tem apoio e/ou orientação para adaptação de conteúdos e avaliações?
- ix. Você participou ou participaria de algum curso de formação sobre inclusão?
- x. Na sua opinião, o que você necessita saber para trabalhar com alunos com síndrome de Down?

Na segunda etapa, diferentemente, a pesquisa documental dá espaço a compilação, análise e processamento dos dados coletados na primeira etapa. Como se espera um aporte grande dados, a forma de apresentação será por meio de gráficos do tipo pizza (teve maior utilização para os casos expressos em função percentual) e do tipo barras (mais utilizados para quando os dados eram expressos por números inteiros).

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A base de dados analisada foi composta por 662 questionários – os quais retornaram a SMEE, de um total de 2000. Sobre a preparação do docente (graduação, especialização e/ou cursos) apenas 17% dos professores se considera preparado, ante 81% que se consideram despreparados, como visto na Figura 1.

Figura 1: Relação entre a preparação e a formação dos professores (Fonte: Autoria própria)



Já, em relação às avaliações e ao apoio que a escola dá ao professor, as respostas obtidas podem ser visualizadas nas Figuras 2 e 3.

Figura 2: Tipos de avaliação aplicadas a educação inclusiva (Fonte: Autoria própria)

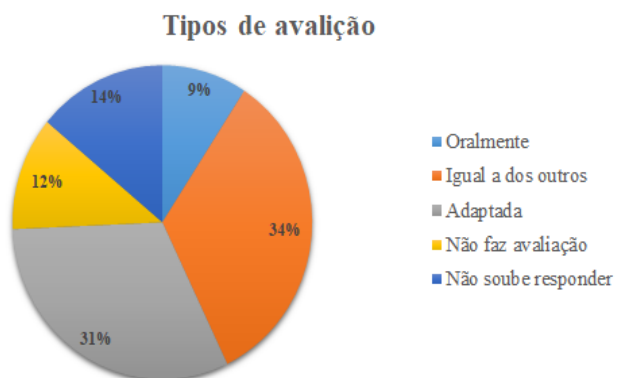
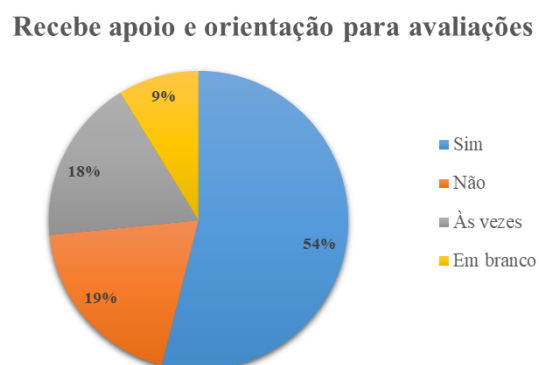


Figura 3: Recebe orientação e apoio da escola (Fonte: Autoria própria)



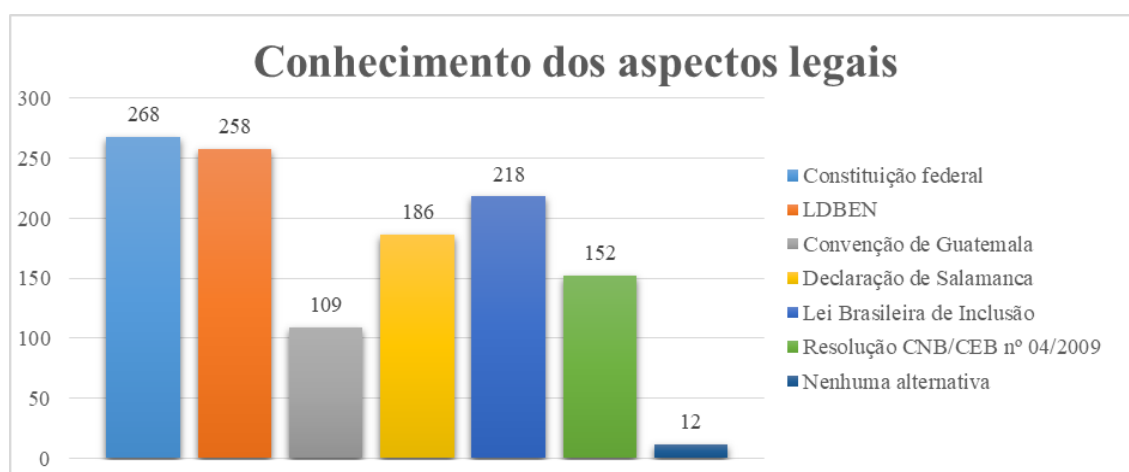
Na Figura 2 se observa uma equivalência, que tende a dualidade: 34% dos professores citam que suas avaliações para a educação inclusiva são iguais às avaliações aplicadas para os outros alunos e 31% diz fazer avaliações adaptadas. Isso pode ser explicado pois os professores se dizem despreparados, acabando por não saber o que aplicar e como aplicar os conteúdos. Em relação a Figura 3, os professores mostraram que não há uma prática de apoio da escola pois 54% dos professores dizem ter orientação, 19% dizem não ter, 18% apontam que apenas às vezes

tem orientação e outros 9% sequer souberam responder a essa pergunta.

Quando questionados sobre as necessidades vistas para que fosse possível trabalhar de maneira adequada e justa com alunos da educação inclusiva as respostas foram: formação continuada com capacitação na área; conhecimento específico sobre o aluno (laudos médicos e conhecimento familiar); auxílio de profissionais com atendimento especializado, tanto pedagógico quanto médico; material didático adequado e de maior acessibilidade; apoio familiar; cursos sobre comportamento e limitações das crianças.

Tratando de questões relacionadas ao conhecimento dos aspectos legais da educação inclusiva, a Figura 4 mostra a quantidade de professores que têm conhecimento do que cada normativa propõe.

Figura 4: Conhecimentos dos aspectos legais da educação inclusiva (Fonte: Autoria Própria)



Em face dos aspectos de inserção das crianças a Figura 5 aponta a capacidade do professor em criar um ambiente acolhedor em sala para seus alunos e a Figura 6 mostra a capacidade da escola de promover um ambiente inclusivo e integrador. Observou-se que muitos professores assinalaram que tanto a inclusão quanto a integração são promovidas na escola. Quando se questionou sobre significado de inclusão e de integração, observou-se que houve confusão entre os termos o que causou tanta aderência.

Figura 5: Capacidade de promover ambiente acolhedor em sala (Fonte: Autoria Própria)

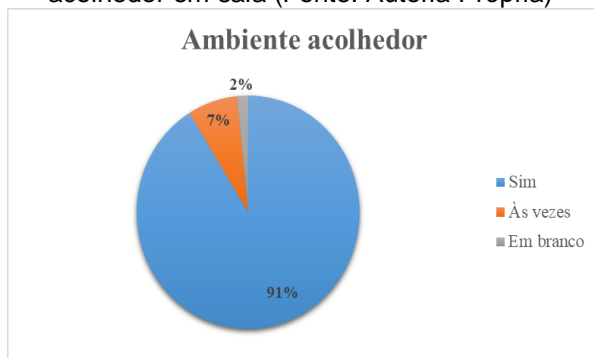
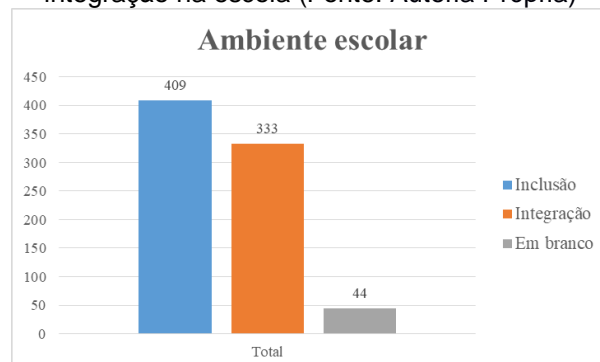


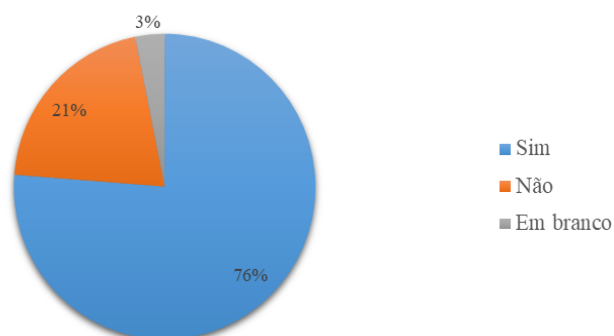
Figura 6: Geração de ambiente de inclusão e integração na escola (Fonte: Autoria Própria)



Sobre as questões formativas a Figura 7 mostra que 76% dos professores participam ou já participaram de cursos voltados a educação especial contra apenas 21% dos que disseram nunca ter participado.

Figura 7: Participação em cursos sobre educação inclusiva (Fonte: Autoria Própria)

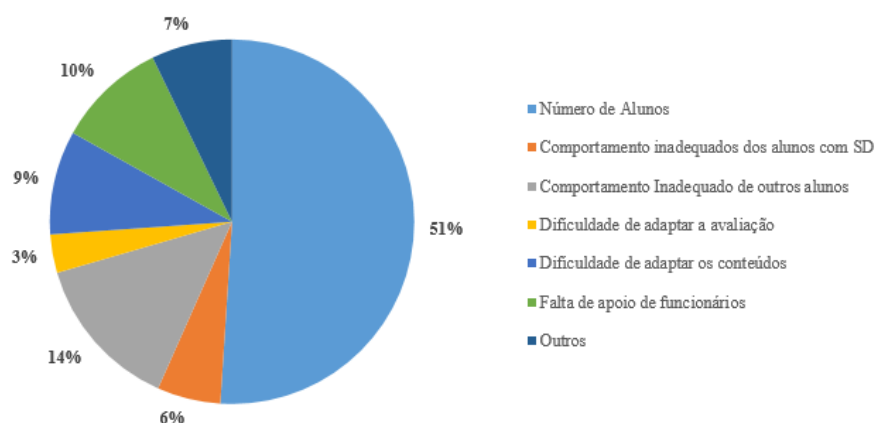
Participação em cursos sobre inclusão



Com respeito a dificuldades em sala de aula, a Figura 8 indica as respostas de maior impacto para os professores.

Figura 8: Principais dificuldades encontradas em sala de aula (Fonte: Autoria Própria)

Principais dificuldades



CONSIDERAÇÕES

Entender a educação especial é muito mais do que revisar grandes aportes bibliográficos. É sobretudo entender a dinâmica, a política e as práticas das escolas e dos professores, buscando uma maneira de tornar mais eficiente e mais humano o processo educacional. Nesse sentido, esse trabalho buscou avaliar o entendimento e as dificuldades dos professores da rede pública municipal de Balneário Camboriú diante da educação inclusiva.

Dos pontos positivos foi observado que os professores realmente buscam formação para entender a educação inclusiva e a melhor maneira de tratar o aluno, sobretudo criando um ambiente acolhedor e confortável em sala de aula. Além disso, eles são capazes de elencar os principais problemas observados em sala de aula e na escola, o que demonstra observância e profissionalismo.

Em relação aos pontos negativos, foi verificado que muitas escolas não são capazes de promover ambientes integradores, nem o apoio desejado e adequado aos profissionais que trabalham com a educação. Reflexo disso são salas de aula cheias e falta de preparo de outros profissionais que poderiam auxiliar no dia a dia dos professores. Além disso, constatou-se que, talvez, não haja boa aderência entre os cursos formativos disponibilizados e a rotina prática do magistério, onde, essa questão poderia ser facilmente solucionada com maior pesquisa e diálogo sobre a educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Políticas Educacionais, Igualdade e Diferenças**. 2010.
- ARROYO, Miguel G. **Políticas Educacionais e Desigualdades: À Procura de Novos Significados**. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. MEC/Secadi. 2008.
- BRASIL. **Avanço das Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência: Uma análise a partir das Conferências Nacionais**. Secretaria de Direitos Humanos, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília. 2008.
- MPSC, 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Camboriú. Requisição de Informações. Ofício n 1471/2016/06OJ/BCA.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. Campinas: Ed Moderna. 2003.
- MAZZOTA, Marcos J. S. D'ANTINO, Maria. E. F. **Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: Cultura, Educação e Lazer**. São Paulo, 2011.